Especial, matrícula nº.009119-7, **FREDERICO LOPES MAIA**, Agente de Polícia Civil de 1ª Classe, matrícula nº 086.748-9, e, **ANTÔNIO FRANCISCO SOARES DE SOUSA**, Agente de Polícia Civil de 1ª Classe, matrícula nº.009077-8, com suporte no inciso I, do §5º, do art. 164, da Lei Complementar nº 13, de 03.01.94, com a nova redação dada pela Lei Complementar nº 025, de 15.08.01, por não restar comprovado terem os servidores praticado qualquer infração disciplinar.

CIENTIFIQUE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMpra-SE.

Teresina, 14 de setembro de 2009.

Del. Robert Rios Magalhães
SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA

SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA DISCIPLINAR Nº 30/GPAD/2008
PORTARIA Nº 185/GAB/2008, DE 03.09.2008.
PROCESSANTE: ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
PROCESSADO: NILO OLIVEIRA E SILVA e PAULO JOSÉ SANTOS DO NASCIMENTO.

JULGAMENTO

Trata-se de Sindicância Administrativa Disciplinar nº 30/GPAD/2008, instaurada por força da Portaria nº 185/GAB/2008, de 03.09.2008, do então Corregedor Geral em Exercício da Polícia Civil, objetivando apurar responsabilidade administrativa atribuída aos policiais civis **NILO OLIVEIRA E SILVA**, Agente de Polícia Civil, matrícula nº.086726-8 e **PAULO JOSÉ SANTOS DO NASCIMENTO**, Agente de Polícia Civil, matrícula nº.108.587-5, nos fatos constantes dos *consideranda* daquela Portaria, os quais informam que os servidores teriam comprometido a função policial ao agirem com falta de urbanidade no exercício da função, bem como teriam ameaçado a senhora Neila Furtado de Melo Monção, em virtude de um desentendimento ocorrido na Unidade de Saúde Dr. Ozéias Sampaio, no bairro Matadouro, nesta capital, no dia 24.06.2008.

Regularmente instalada, a Comissão Sindicante passou a desenvolver atividades de instrução processual da seguinte forma:

- 1) Citação dos imputados para apresentarem defesa prévia (fl.62/63);
- 2) Oitivas de Neila Furtado de Melo Monção (fls.71/73); Gillete da Silva Ribeiro Rocha e Francisco de Jesus Costa (fls. 78/81);
- 3) Auto de Qualificação e Interrogatório dos servidores (fls.84/90).

A Comissão Sindicante, em seu fundamentado Relatório (fls.92/100), analisando o conteúdo probatório contido nos autos, concluiu, por unanimidade, pela não responsabilização dos servidores imputados, sugerindo o arquivamento da presente sindicância administrativa e conseqüente absolvição antecipada dos servidores imputados, por não existirem provas que indiquem terem os servidores praticado qualquer infração disciplinar.

Encaminhado o processo à Procuradoria Geral do Estado, para controle finalístico de legalidade, esta, por intermédio do fundamentado PARECER PGE/CJ Nº.283/2009, de 19.08.2009 (fls.105/111), acolheu a sugestão apresentada pela Comissão Sindicante em seu relatório final.

É O RELATÓRIO.

A Sindicância Administrativa Disciplinar foi instaurada obedecendo a todos os requisitos legais, atendendo-se aos princípios da legalidade, publicidade, ampla defesa e contraditório.

Constata-se que a comissão sindicante exerceu suas atividades com independência e imparcialidade, atuando diligentemente na descoberta da verdade material, objetivo primordial de todo e qualquer processo administrativo.

Verifica-se, igualmente, que a comissão sindicante atendeu a todos os prazos processuais, enviando a sindicância administrativa disciplinar em tempo hábil à Procuradoria Geral do Estado.

Examinadas as declarações e demais provas constantes dos autos, vê-se que a Comissão, no decorrer da instrução processual, concluiu que os processados não praticaram qualquer infração disciplinar prevista nem na Lei Complementar nº 13, de 03.01.94, nem na Lei Complementar nº 37, de 10.03.04, sugerindo o arquivamento da presente sindicância administrativa e conseqüente absolvição antecipada dos servidores imputados.

Ante o exposto e considerando tudo o que consta nos autos da sindicância em apreço, especialmente o Relatório da Comissão Sindicante (fls. 92/100), bem como o PARECER PGE/CJ Nº.283/2009, de 19.08.2009 (fls.105/111), os quais acolho integralmente, adotando-os como motivação desta decisão, constituindo parte integrante da mesma, em conformidade com o disposto no §1º, do art. 50, da Lei nº 9.784/99 c/c §7º, do art. 164, da Lei Complementar nº 13, de 03.01.94 **DECIDO**, pelo **ARQUIVAMENTO DOS AUTOS** da presente Sindicância e a conseqüente **ABSOLVIÇÃO** dos servidores **NILO OLIVEIRA E SILVA**, Agente de Polícia Civil, matrícula nº.086726-8 e **PAULO JOSÉ SANTOS DO NASCIMENTO**, Agente de Polícia Civil, matrícula nº.108.587-5, com suporte no inciso I, do §5º, do art. 164, da Lei Complementar nº 13, de 03.01.94, com a nova redação dada pela Lei Complementar nº 025, de 15.08.01, por não restar comprovado terem os servidores praticado qualquer infração disciplinar.

CIENTIFIQUE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMpra-SE.

Teresina, 14 de setembro de 2009.

Del. Robert Rios Magalhães
SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA